

FMI abre reunião com desacordo

Washington (do Correspondente) — As reuniões deliberativas do 32º Encontro Anual do FMI, que tiveram início em Washington, foram marcadas ontem por profundas divergências sobre a busca de soluções pela comunidade internacional para a crise da dívida externa.

O Grupo de Cartagena, que reúne os 11 países mais endividados da América Latina, discordou na proposta do Secretário do Tesouro americano, Donald Regan, para realizar no âmbito dos comitês do FMI as negociações entre governos credores e endividados. Porta-vozes do Grupo de Cartagena insistiram que essas negociações sobre a dívida precisam ter um caráter político e precisam ser realizadas num fórum especial, para culminar num encontro entre Chefes de Estado.

Os países desenvolvidos entre si também divergiram sobre o acesso aos recursos do FMI e sobre a alocação de Direitos Especiais de Saque (a "moeda" do Fundo) e foram incapazes de redigir um comunicado substantivo da reunião do Grupo dos 10, que reúne Ministros da Economia das nações industrializadas.

O Governo brasileiro, junto com os outros países do Grupo de Cartagena, recusou a proposta do Secretário Regan para "desaguar" no comitê de desenvolvimento do Banco Mundial, que se reúne amanhã, o apelo da reunião de Mar del Prata por uma reunião de governo a governo sobre a dívida externa entre nações latino-americanas e países credores.

Fontes do Governo brasileiro disseram que o comitê de desenvolvimento não era o fórum apropriado para essas negociações, porque não costuma tomar decisões deliberativas imediatas e reúne representantes de todas as 146 nações que participam do FMI. O Secretário Regan, ontem à tarde, atualizou sua proposta, inicialmente anunciada na segunda-feira, sugerindo que as negociações pedidas em Mar del Prata (reunião mais recente dos países endividados) fossem realizadas no comitê interino do FMI no mês de abril próximo, concomitantemente às negociações no comitê de desenvolvimento, na mesma ocasião.

Regan, entretanto, deixou de reconhecer o caráter político das discussões pedidas pelo consenso de Cartagena, que fontes latino-americanas insistiam ontem à tarde como essencial ao debate que propõem e que precisa ser realizado no fórum especial.

Os países em desenvolvimento, em reunião do Grupo dos 24, também realizada ontem, propuseram a criação de uma força-tarefa do comitê de desenvolvimento para o estudo de todos os aspectos do problema da dívida. O mesmo parágrafo do comunicado, por solicitação do Grupo de Cartagena, deixa explícito que essa força-tarefa não "deverá prejudicar outras iniciativas por parte dos países devedores e credores para aliviar o problema da dívida".